

1 **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**
3

4 1-Aprovação da ata da 21ª Reunião Ordinária; 2-Leitura do Expediente; 3-Apresentação sobre o
5 enquadramento dos corpos d'água e cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos no
6 COALIAR; 4-Discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova proposta de
7 enquadramento dos corpos de água em classes segundo usos preponderantes na área de
8 abrangência do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira; 5-Discussão e
9 deliberação sobre minuta de Resolução que aprova mecanismos e homologa os valores a serem
10 aplicados e a data de início da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos nas Bacias do
11 Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira; 6-Aprovação do quadro de metas do Pacto Nacional
12 pela Gestão das Águas proposto pelo Governo do Paraná acordado pela Agência Nacional de
13 Águas; 7-Apresentação sobre a importância do levantamento e gestão de Áreas Contaminadas
14 no Paraná, pela MINEROPAR; 8-Discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que
15 institui a Câmara Técnica de Qualidade de Água - CTQUAL, e estabelece suas competências e
16 composição; 9-Discussão e Deliberação sobre minuta de Resolução que estabelece nova
17 composição e período de mandato da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de
18 Conformidade de Matérias Legais - CTIL; 10-Apresentação de experiências de manejo de solo e
19 água em microbacias, pela EMATER; 11-Assuntos Gerais; 12-Encerramento.

20
21 **Aos 28 dias de agosto de 2013, às 14:00 horas**, na Sala do Conselho do Centro
22 Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP,
23 realizou-se a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
24 CERH/PR, contando com a presença do Presidente do Conselho, LUIZ EDUARDO
25 CHEIDA, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos
26 Conselheiros Titulares, NESTOR BRAGAGNOLO, da Secretaria de Estado do
27 Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, PAULO JOSÉ DA SILVA, da Secretaria de
28 Estado da Fazenda – SEFA, EDUARDO FELGA GOBBI, da Secretaria de Estado de
29 Infraestrutura e Logística - SEIL, MARTA YOSHIE TAKAHASHI, da Secretaria de
30 Estado do Turismo - SETU, MÁRCIO FERNANDO NUNES, do Instituto das Águas do
31 Paraná - AGUASPARANÁ, RUI HARA, da Coordenação da Região Metropolitana de
32 Curitiba - COMEC, ANA CLAUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado -
33 PGE, KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da Minerais do Paraná S.A. – MINEROPAR, FABIAN
34 PERSI VENDRUSCOLO, da Prefeitura Municipal de Guaíra, GUADALUPE GARCIA, da
35 Pontifícia Universidade Católica - PUCPR, JEFFERSON CRISPIM, da Universidade
36 Estadual do Paraná - UNESPAR, PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da Associação
37 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, GIÁCOMO CLAUSI, do Grupo
38 Ambientalista do Rio Iguaçu - GARI, PAULO CÉSAR MEDEIROS, do Centro de
39 Estudos, Defesa e Educação Ambiental - CEDEA, LUIZ CARLOS SETIM, da Prefeitura
40 Municipal de São José dos Pinhais, NELSON HUBNER, da Federação das Indústrias
41 do Paraná - FIEP, INGRID ILLICH MÜLLER, do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e
42 Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, e dos Conselheiros Suplentes, JOSÉ CARLOS
43 ESPINOZA ALIAGA, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral -
44 SEPL, CELSO LUIZ RUBIO, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, AROLDI
45 MESSIAS DE MELO JUNIOR, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SETI,
46 SOLANGE REIGUEL da Secretaria de Estado da Educação – SEED, AGENOR DE
47 PAULA FILHO, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, ENEAS SOUZA
48 MACHADO, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, IVONETE COELHO
49 DA SILVA CHAVES, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, KARINE INOCÊNCIA
50 GASSNER, da Prefeitura Municipal de Pinhalão, NICOLAS LOPARDO, da Associação

51 Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, ADRIANO WILD, da MATER NATURA,
52 SERGIO ROBERTO BOVO FILHO, da CAB Águas de Paranaguá, JOSE LOURIVAL
53 MAGRI, da Tractebel Energia, GALDINO ANDRADE FILHO, do Comitê da Bacia do Rio
54 Tibagi, LUIZ ALBERTO MATTE, do Comitê da Bacia do rio Jordão, e dos convidados,
55 OLGA POLATTI, MARCO ANTONIO PEREIRA QUEIROZ, FREDERICO JOSE
56 KRUGER, JAQUELINE DORNELES DE SOUZA, JOÃO LECH SAMEK e DIRCEU
57 PORTUGAL, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, MARCO ANTONIO
58 AMORIM, da Agência Nacional de Águas - ANA, ENIO BRAGAGNOLO, da EMATER,
59 CLOVIS AGRIPINO TOSIN DA SILVA, da Tractebel Energia, ROBERTA M. RAKO e
60 FERNANDO MASSARDO, da SANEPAR, MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA da
61 SEMA, MARTHA REGINA VON BORSTEL SUGAI, da COPEL, ROSSANA BALDANZI,
62 do IAP, GILSON MARTINS, da OCEPAR e JOSÉ CARLOS MARENSI, da Prefeitura de
63 São José dos Pinhais. Ao iniciar a reunião, a Secretária Executiva do CERH/PR,
64 MARIANNA SOPHIE ROORDA, disse haver quorum, contando ao longo da reunião,
65 com a presença de 26 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. A
66 seguir, fez a leitura da pauta, e disse ter recebido solicitação para que a apresentação
67 referente às experiências de manejo de solo e água em microbacias fosse apresentado
68 após o item 6 de pauta. O Presidente do Conselho, LUIZ EDUARDO CHEIDA, solicitou
69 a exclusão do item 8 de pauta, e colocou em votação a pauta com as alterações
70 solicitadas, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, deu as boas vindas ao
71 novo integrante do Conselho, Sr. Nelson Hubner, pela FIEP, e agradeceu a presença
72 do Sr. Marco Antônio Mota Amorim, da Gerência de Cobrança da Agência Nacional de
73 Águas. A seguir, passou ao **item 1 de pauta – aprovação da ata da 21ª Reunião**
74 **Ordinária**, sendo que a mesma foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva,
75 passando ao **item 2 de pauta – leitura do expediente**, mencionou os ofícios emitidos e
76 recebidos pela presidência e secretaria executiva do Conselho. Antes de passar ao
77 próximo item de pauta, o Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA,
78 comentou que na última reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, foi
79 aprovada importante Resolução que estabelece a descentralização de licenciamento
80 ambiental aos municípios, os quais estarão recebendo capacitação para assumirem
81 estas tarefas, desonerando, desta forma, o Instituto Ambiental do Paraná da emissão
82 destes licenciamentos. A seguir, passou ao **item 3 de pauta - apresentação sobre o**
83 **enquadramento dos corpos d'água e cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos**
84 **no COALIAR**. A Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, comentou as reuniões
85 do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, bem como de
86 suas Câmaras Técnicas, nas quais foram aprovadas as propostas de enquadramento nestas
87 Bacias, os valores de cobrança pelo uso da água e a data de início da cobrança, e que,
88 segundo legislação vigente, estas matérias devem ser homologadas pelo Conselho. Passou a
89 palavra ao Sr. ENEAS SOUZA MACHADO, Diretor de Gestão de Bacias Hidrográficas do
90 AGUASPARANÁ, para fazer a apresentação (**vide anexo 1**). Comentou que o enquadramento
91 foi baseado na legislação vigente, a saber: Resolução CONAMA nº 357/2005, Resolução CNRH
92 nº 91/2008, Portaria SUREHMA nº 13/1991 e Portaria SUREHMA nº 20/1992. Apresentou um
93 histórico do processo de discussão do enquadramento dos cursos d'água destas bacias com as
94 Prefeituras Municipais, IAP, COMEC, FIEP, SANEPAR e Câmaras Técnicas do Comitê, e
95 comentou sua aprovação pelo COALIAR. Comentou que o horizonte de planejamento é o ano
96 de 2036, e que as estimativas populacionais foram baseadas no Censo de 2010 e projeções do
97 IPARDES. Apresentou os passos para a efetivação do enquadramento, bem como exemplo de
98 um dos trechos de rio enquadrado. Apresentou mapa da área de atuação do Comitê que
99 demonstra a classe em que os rios foram enquadrados, sendo que, dos sessenta e sete trechos
100 enquadrados, 2% foram enquadrados na classe especial, 5% na classe 1, 24% na classe 2,
101 43% na classe 3 e 26% na classe 4. A seguir, apresentou estimativa de custos para atingir o

102 enquadramento proposto até o ano de 2036, para a remoção da carga doméstica e carga
103 industrial, no valor de R\$ 2,92 bilhões. Concluiu dizendo que o enquadramento foi feito com viés
104 realista, que representa a visão futura da bacia no médio e longo prazo, e que será necessário
105 um pacto entre os atores da bacia para se atingir a qualidade de água prevista. A seguir, a
106 Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fez a leitura da minuta de Resolução
107 referente ao enquadramento dos corpos d'água na área de abrangência do COALIAR (**vide**
108 **anexo 1**), sendo que, na sequência, o Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA,
109 colocou a matéria em discussão. O Conselheiro SÉRGIO ROBERTO BOVO JUNIOR, da CAB
110 Águas de Paranaguá, comentou ter dúvidas sobre o enquadramento de rios como o Rio Atuba,
111 que hoje se encontra na classe 4, e se prevê para este rio, no ano de 2036, que continue na
112 condição de classe 4, ao que foi esclarecido que atualmente estes rios têm índices de DBO
113 muito acima do estabelecido para rios de classe 4, o que foi endossado pelo Conselheiro
114 EDUARDO FELGA GOBBI, da SEIL. O Conselheiro SÉRGIO ROBERTO BOVO JÚNIOR
115 também questionou se foi considerado uma melhoria na eficiência das ETEs, ao que foi
116 respondido que de uma eficiência média atual de 65%, estão previstos índices de 90% de
117 eficiência. O Conselheiro LUIZ CARLOS SETIM, da Prefeitura Municipal de São José dos
118 Pinhais, comentou que a maior parte da poluição na área de abrangência do COALIAR é
119 decorrente de esgotos domésticos, e que espera que os recursos advindos da cobrança pela
120 água sejam utilizados para a melhoria da qualidade de nossos rios. O Presidente do CERH/PR,
121 LUIZ EDUARDO CHEIDA, colocou em votação a minuta de Resolução referente ao
122 enquadramento dos cursos d'água, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Sr. ENEAS
123 SOUZA MACHADO, do AGUASPARANÁ, abordou o tema cobrança pelo uso da água (**vide**
124 **anexo 1**), e comentou a legislação referente ao assunto, fez um histórico das discussões sobre
125 a cobrança, os valores a serem cobrados, exemplificou citando os Programas de Investimentos
126 aprovados no Plano de Bacia, e comentou que a cobrança teria início no dia 1º de setembro de
127 2013. Disse que a cobrança será implementada de forma progressiva, e que os recursos
128 financeiros previstos, a partir de 2016, serão da ordem de 6 milhões de reais/ano. Comentou
129 que estes recursos serão alocados na conta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, na sub
130 conta do COALIAR, para serem aplicados em ações e obras previstas no Plano de Bacia,
131 aprovados pelo referido Comitê. O Conselheiro PEDRO LUIZ PRADO FRANCO, da ABES,
132 comentou da importância de se utilizar os recursos da cobrança para alavancar financiamentos.
133 O Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, presidente do Comitê da Bacia do rio Tibagi,
134 comentou a importância de se utilizar esses recursos para combate à poluição difusa. A
135 Conselheira INGRID ILLICH MÜLLER, presidente do COALIAR, lembrou que cabe ao Comitê a
136 decisão sobre onde aplicar os recursos da cobrança. A Conselheira ANA CLAUDIA BENTO
137 GRAF entendeu ser importante que os recursos sejam gastos em um "plus" em relação às
138 obrigações contratuais ou legais ou regulamentares de qualquer beneficiário. O Conselheiro
139 SÉRGIO ROBERTO BOVO JUNIOR questionou como seria feita a cobrança para empresas
140 que têm apenas outorga de captação e não de lançamento de efluente, ao que foi respondido
141 que 100% dos grandes usuários das indústrias no âmbito do COALIAR possuem ambas as
142 outorgas. Na sequência, o Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA colocou em
143 votação a minuta de Resolução referente à cobrança nas Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do
144 Alto Ribeira, que foi aprovada por unanimidade. A Conselheira INGRID ILLICH MÜLLER
145 agradeceu o referendo do Conselho às duas propostas apresentadas, enquadramento e
146 cobrança, permitindo um grande avanço no sistema de gestão na área de abrangência do
147 Comitê. O Presidente do CERH/PR. LUIZ EDUARDO CHEIDA, antes de passar ao próximo
148 item de pauta, disse da sua preocupação em relação ao licenciamento de Pequenas Centrais
149 Hidrelétricas - PCHs, que no estado conta com mais de 100 pedidos, que consideram apenas o
150 trecho do rio que o mesmo impacta. Comentou da necessidade de se fazer uma avaliação
151 integrada das bacias, e propôs a elaboração de um Termo de Referência para o Instituto
152 Ambiental do Paraná - IAP para estes licenciamentos, e propôs trazer esta matéria à Plenária
153 do Conselho para as contribuições dos Conselheiros. A seguir, passou ao **item 6 de pauta -**
154 **aprovação do quadro de metas do Pacto Nacional pela Gestão das Águas proposto pelo**
155 **Governo do Paraná e acordado pela Agência Nacional de Águas**, e solicitou que o Sr.

156 MAURI BARBOSA PEREIRA, coordenador de Recursos Hídricos da SEMA, fizesse uma
157 introdução ao tema (**vide anexo 2**). O mesmo comentou que na última reunião do Conselho, o
158 Sr. Paulo Libânio, da ANA, fez uma apresentação do Pacto. Resumiu a apresentação nos
159 seguintes tópicos: histórico e motivos que levaram à proposição do Pacto; a importância do
160 Pacto para o Paraná; o que a SEMA e o AGUASPARANÁ realizaram; a metodologia da
161 proposta; a proposta de metas para o Paraná; e os próximos passos a serem seguidos.
162 Salientou a importância da gestão integrada dos recursos hídricos entre os entes federativos, e
163 enfatizou que o Pacto vem a fortalecer os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e os
164 Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos. Comentou que a ANA está
165 disponibilizando 100 milhões de reais, nos próximos cinco anos, para os estados que aderirem
166 ao Pacto. Falou da importância do Pacto no sentido de que cada estado estará fazendo uma
167 auto avaliação do estágio de implementação da Política e Sistema Estadual de Gerenciamento
168 de Recursos Hídricos, bem como estabelecendo metas de futuro. Esclareceu que o Pacto prevê
169 dois grupos de metas: metas de cooperação federativa, de interesse da União e que todos os
170 Estados devem cumprir, e metas de fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de
171 Recursos Hídricos, que são instrumentos legais, operacionais, de planejamento e de apoio à
172 gestão, e que cada estado é classificado em uma tipologia de gestão, de acordo com o estágio
173 de implementação da gestão de recursos hídricos. A seguir, a Secretária Executiva do
174 CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, comentou que foi encaminhada uma Nota Técnica
175 aos Conselheiros, com todos os esclarecimentos e documentação referentes ao Pacto.
176 Apresentou os passos a serem seguidos para se habilitar ao Pacto (**vide anexo 1**), a saber: 1-
177 Adesão ao Pacto (assinatura do Decreto nº 8.410, de 21 de junho de 2013); 2-Inscrição no
178 PROGESTÃO (envio de ofício à ANA encaminhando documentos necessários); 3-Visita da ANA
179 ao Estado para exercício prospectivo (realizado nos dias 30 e 31 de julho de 2013, para
180 identificação dos desafios presentes e futuros, bem como, definição da tipologia mais adequada
181 para o Estado do Paraná); 4-Aprovação do quadro de metas pelo CERH/PR; 5-Assinatura do
182 Contrato PROGESTÃO, desembolso em favor da entidade estadual e aplicação em ações de
183 gestão e fortalecimento do SEGRH/PR. Mencionou que os três primeiros passos foram
184 vencidos, sendo que, nesta reunião, estamos submetendo o quadro de metas à Plenária, passo
185 4 do Pacto. Explicou que anualmente o Conselho estará acompanhando o cumprimento das
186 obrigações da SEMA e do AGUASPARANÁ e na sequência atestar, previamente à certificação
187 pela ANA, o cumprimento dessas metas contratuais do PROGESTÃO. Disse que das quatro
188 tipologias que a ANA dividiu o enquadramento dos Estados (Classe A, B, C e D), o Estado do
189 Paraná, na reunião realizada entre ANA, SEMA e AGUASPARANÁ, ficou, por consenso,
190 enquadrado na Classe C. Primeiramente apresentou o Quadro de Metas de Cooperação
191 Federativa, que são obrigatórias para todas as Classes e para todos os Estados que vierem a
192 assinar o Pacto com a ANA, a saber (**vide quadro no anexo 1**): Meta I.1 - integração das
193 bases cadastrais; Meta I.2 - Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas; Meta
194 I.3 - Contribuição para difusão do conhecimento; Meta I.4 - Prevenção de Eventos Hidrológicos
195 Críticos; e Meta I.5 - Atuação para Segurança de Barragens, sendo que o Estado do Paraná
196 deverá atender estas metas até o final do ano. A seguir, apresentou o Quadro de Metas de
197 Gestão de Águas para Estados enquadrados na Classe C, a saber (**vide quadro no anexo 1**):
198 Meta II.1 - Definição das metas para fortalecimento do SEGREH, a serem aprovadas pelo
199 Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Meta II.2 - Instrumentos legais, institucionais e de
200 articulação social; Meta II.3 - Instrumentos de planejamento; Meta II.4 - Instrumentos de
201 informação e suporte; e Meta II.5 - Instrumentos operacionais. A seguir, passou pela leitura das
202 variáveis de gestão, e leitura dos níveis exigidos para a Classe C, na qual o Paraná ficou
203 enquadrado (**vide anexo 1**), e mencionou a situação do Paraná frente a cada uma das
204 variáveis, bem como metas a serem atingidas. Disse que o Paraná tem todas as condições de
205 atender as metas estabelecidas, e que haverá um acompanhamento anual destas metas pelo
206 Conselho Estadual de Recursos Hídricos e pela Agência Nacional de Águas, e que os repasses
207 financeiros serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas. O Conselheiro JOSÉ
208 LOURIVAL MAGRI, da Tractebel Energia, perguntou se a ANA estaria repassando aos Estados
209 a avaliação e a fiscalização de barragens, ao que foi respondido positivamente. O Conselheiro

210 NICOLÁS LOPARDO, da ABRH, perguntou se para atender estas metas, o AGUASPARANÁ
211 estaria ampliando o seu quadro de profissionais, ao que foi esclarecido que os recursos que
212 serão repassados pela ANA ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos serão basicamente
213 utilizados na contratação de cinco profissionais para o Instituto das Águas do Paraná,
214 atendendo também ao questionamento do Conselheiro ADRIANO WILD, do Mater Natura e do
215 Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, Presidente do Comitê da Bacia do Rio Tibagi. A
216 seguir, o Presidente LUIZ EDUARDO CHEIDA colocou a matéria em votação, sendo que o
217 Pacto foi aprovado por unanimidade. Após intervalo, o Sr. ENIO BRAGAGNOLO, da EMATER,
218 fez uma apresentação sobre experiências de manejo de solo e água em microbacias no
219 Município de Tupãssi, **item 10 da pauta (vide anexo 3)**. Apresentou mapa de situação do
220 município, sua hidrografia, valores brutos de produção agropecuária e tipo de solo do município.
221 Falou sobre os programas implementados no estado do Paraná desde 1970 e a estratégia de
222 ação do município de Tupãssi nas seguintes ações: plantio direto; rotação de cultura; manejo
223 integrado de solo; correção do solo; readequação de estradas; e práticas mecânicas.
224 Apresentou os problemas de erosão urbana que estavam sendo solucionados, os 19
225 abastecedouros comunitários no município e a sua distribuição, bem como as redes de
226 distribuição de água nas localidades. Mencionou a forma de organização de grupos de
227 pequenos produtores, num total de oito grupos, que junto com o poder público municipal,
228 adquirem uma patrulha de mecanização básica, que consiste em um trator, uma plantadeira de
229 plantio direto e um pulverizador, para a mecanização de suas propriedades. Disse que na
230 sequência foi lançado o Programa Federal Trator Solidário, que passou a contemplar também
231 os médios e grandes produtores. Comentou o manejo dos dejetos líquidos de suínos. Também
232 a inclusão social das mulheres, implementando oficinas de costura. Falou sobre o trabalho de
233 conservação das estradas municipais, do aumento de produtividade das culturas e finalizou
234 elencando os desafios municipais, a saber: adequação ambiental da produção e da
235 propriedade; manejo integrado solo e água ao plantio direto; pavimentação e manutenção das
236 estradas; manutenção das práticas mecânicas; e plantio direto. Agradeceu a atenção de todos e
237 passou a palavra ao Sr. JOSÉ CARLOS MARIUSSI, Prefeito Municipal de Tupãssi, que
238 agradeceu a oportunidade de apresentar as ações no seu município, comentou sobre a grande
239 parceria do município com a EMATER, e disse que no município de Tupãssi procura-se fazer
240 com que as práticas sejam ambientalmente corretas. A apresentação foi parabenizada por
241 diversos Conselheiros, que entenderam que o exemplo de Tupãssi poderia ser seguido por
242 outros municípios. O Conselheiro NELSON HUBNER, da FIEP, com relação aos dejetos de
243 aves e suínos, disse que o município poderia contar com os serviços do SENAI, quanto à
244 montagem ou fabricação de um biodigestor com tecnologia atualizada. O Presidente do
245 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a apresentação, e disse que em função do
246 adiantado da hora, a apresentação que seria feita pela MINEROPAR seria adiada para a
247 próxima reunião do Conselho. Também, pelo fato de não haver mais quorum para votação, a
248 minuta de Resolução referente à renovação do mandato da Câmara Técnica de Assuntos
249 Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais - CTIL também ficou para ser aprovada na
250 próxima reunião. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a
251 todos, e em não havendo mais assuntos a serem tratados, deu por encerrada a 22ª
252 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA
253 SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em
254 Curitiba, aos 30 de setembro de 2013.

255 De acordo.

256 Curitiba, 24 de março de 2014.

257 **LUIZ EDUARDO CHEIDA**

258 **Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

259 **Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**